



A EDUCAÇÃO RENOVADORA APLICADA NO FOCO DA GESTÃO COMPARTILHADA FUNDAMENTADA NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

RENEWAL EDUCATION APPLIED IN THE FOCUS OF SHARED MANAGEMENT BASED ON THE PEDAGOGICAL POLITICAL PROJECT

DOI: 10.5281/zenodo.8408933

Everaldo Antônio de Jesus¹

RESUMO: O presente estudo centraliza em uma reflexão no tocante ao desenvolvimento, da aprendizagem e à integração dos alunos do ensino fundamental, que visa um enorme desafio para os Orientadores educacionais, visto que requer mudanças pedagógicas e administrativas. Tem como objetivos investigar e analisar a visão do professor em relação ao uso do computador no processo ensino aprendizagem dos alunos também com necessidades educacionais especiais atendidos na sala de recursos; identificar os resultados adquiridos diante da metodologia do professor ao atender os alunos com necessidades educacionais especiais e detectar a avaliação do professor em relação ao desempenho dos alunos com necessidades educacionais especiais atendidos na sala de recursos, com o uso do computador. O interesse com esta temática deve ser de todos os agentes que integram o processo educativo, levando-os a planejarem suas ações e executá-las com competência e autonomia, de forma democrática, aprendendo, a cada dia, a conviverem com a diversidade que transforma a realidade, para colaborar na construção de um futuro que corresponda às expectativas do educando. Por meio da Gestão Compartilhada, a escola, transforma-se em um lugar que cumpre com determinação suas ações, sendo administrada coletivamente, em um processo no quais todos os seus representantes participam das decisões e da elaboração e construção do projeto político-pedagógico. Assumir a gestão de uma escola requer compromisso e discernimento da parte do Gestor Escolar, não resumindo a sua prática apenas a questões burocráticas, mas em ensinar e em aprender de forma compartilhada, e produzir no estabelecimento de ensino resultados educacionais que tenham validade para a vida do educando.

Palavras-chave: Educação. Tecnologia. Gestão Compartilhada.

1 Doutorando em Educação, Facultad Interamericana De Ciencias Sociales.



ABSTRACT: This study focuses on a reflection regarding the development, learning and integration of elementary school students, which poses an enormous challenge for educational advisors, as it requires pedagogical and administrative changes. Its objectives are to investigate and analyze the teacher's view regarding the use of computers in the teaching-learning process of students also with special educational needs served in the resource room; identify the results acquired through the teacher's methodology when serving students with special educational needs and detect the teacher's assessment in relation to the performance of students with special educational needs served in the resource room, using the computer. Interest in this theme should be shared by all agents who are part of the educational process, leading them to plan their actions and execute them with competence and autonomy, in a democratic way, learning, every day, to live with the diversity that transforms reality, to collaborate in the construction of a future that meets the student's expectations. Through Shared Management, the school becomes a place that fulfills its actions with determination, being managed collectively, in a process in which all its representatives participate in decisions and in the elaboration and construction of the political-pedagogical project. Taking on the management of a school requires commitment and discernment on the part of the School Manager, not limiting their practice to just bureaucratic issues, but teaching and learning in a shared way, and producing educational results in the educational establishment that are valid for life of the student.

Keywords: Education. Technology. Shared Management.

INTRODUÇÃO

A educação é o alicerce para todos os cidadãos que anseiam por um futuro promissor e é através dela que o ser humano passa a ter acesso a todos os outros direitos humanos, pois nos tornamos capazes de lutar por nossos ideais. Mas para termos a vitória nesta jornada precisamos ter uma educação de qualidade, igualitária e participativa.

Mas diante de tantas insatisfações e constantes interferências políticas na área da educação, desde meados dos anos 70, quando diretores eram escolhidos ou indicados segundo critérios meramente políticos, se tornava difícil essa excelência na educação, desta forma buscou-se amparo legal para que se pudesse escolher democraticamente a direção das instituições escolares. Tal amparo tornou-se possível através do Artigo 206, inciso IV da Constituição Federal Brasileira de 1988, que vislumbrou a “gestão democrática do ensino público na forma da lei” com fins de orientar democraticamente a reorganização das ações educativas, otimizando os resultados administrativos e pedagógicos.



Em 20 de dezembro de 1996 é publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, cujo inciso VIII do Artigo 3º, no título II, enfatizando o princípio e fortalecendo o espaço para a gestão colegiada e avaliação de desempenho. Os artigos 14 e 15 da refer

A LDB e as políticas administrativas da educação brasileira dos anos 90 tem incentivado a descentralização administrativa, a autonomia da escola e a participação da equipe escolar na tomada de decisões como forma de revitalizar a eficiência das escolas públicas e torná-las mais eficazes, ao afirmarem que:

Art. 14.

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (LDB nº 9394/96).

A Gestão Compartilhada busca a democratização da educação, o que implica em envolvimento maior de diferentes segmentos da sociedade com as decisões e iniciativas dos poderes públicos. Ela sugere a efetivação de novos processos de organização e gestão baseados em uma dinâmica que favoreça os processos coletivos e participativos de decisão. Nesse sentido, a participação constitui um dos padrões fundamentais a serem praticados pelos diferentes atores que constroem o cotidiano escolar.

1. Neste processo trabalhamos com dois conceitos “compartilhar” e “participar” que são bastante semelhantes, podendo ser considerados sinônimos. “Participar” envolve a idéia de aderir a um movimento no sentido de alcançar um objetivo comum e “compartilhar” envolve a idéia de promover ou



possibilitar uma adesão. Gestão Compartilhada e Participativa contém idéias inseparáveis, pois se não há quem participe, não há o que compartilhar. Esse conjunto de idéias e ações vinculadas à descentralização, a autonomia e a participação constituem os princípios da gestão democrática compartilhada.

OBJETIVO

O presente artigo tem como principal objetivo destacar os objetivos da Gestão compartilhada conforme a Lei (4.036/07), em seu Art. 2º:

- I** – Implementar e executar as políticas de educação, assegurando a Qualidade, a equidade e a responsabilidade social de todos os envolvidos;
 - II** – Assegurar a transparência dos mecanismos administrativos, Financeiros e pedagógicos;
 - III** – Otimizar os esforços da coletividade para a garantia da eficiência, Eficácia e relevância do plano de trabalho e da proposta pedagógica;
 - IV** – Garantir a autonomia das instituições educacionais, no que lhes Couber pela legislação vigente, na gestão pedagógica, administrativa e financeira, por Meio do Conselho Escolar, de caráter deliberativo;
 - V** - Assegurar o processo de avaliação institucional mediante mecanismos Internos e externos, a transparência de resultados e prestação de contas da Comunidade;
 - VI** – Assegurar mecanismos de suporte para a utilização com eficiência, Dos recursos descentralizados diretamente às instituições educacionais.
- Diante disto podemos ver que com a Gestão Compartilhada/democrática o Diretor não assume sozinho a gerencia da Instituição de Ensino, ele passa a dividir Parte de suas atribuições com o vice-diretor e com Conselho Escolar.

DESENVOLVIMENTO

O Projeto Político-Pedagógico é, portanto, o eixo fundamental da ação coletiva



Na escola e ele que irá orientar a atuação da gestão no processo permanente de construção da identidade e autonomia escolar. Nessa perspectiva cabe ao gestor uma liderança que motive uma visão de conjunto, articulando e integrando os vários setores da escola (administrativo, pedagógico, secretaria, serviços gerais, conselho escolar, comunidade escolar, local e etc).

A GESTÃO COMPARTILHADA E AUTONOMIA ADMINISTRATIVA

A formação para o magistério tem se apresentado como importante fator influenciador da baixa qualidade do ensino, não só em seu aspecto de construtora inicial das habilidades e competências que tornarão o profissional da educação oficialmente capacitado a dar aulas, mas também no que se refere ao contínuo desenvolvimento cognitivo que todo educador deve perseguir como garantia de uma capacitação continuada e em consonância com o mundo em constante mudança em que vivemos.

Muitos professores ainda estão atrelados a uma epistemologia fundada em aspectos didático-pedagógicos inseridos em um contexto histórico que guarda pouca ressonância com as demandas de nossas sociedades em transformação e em rápida evolução tecnológica.

Neste contexto colocam-se demandas de um profissional do magistério capaz de aprender a aprender e de uma formação de base generalista. As políticas de formação, todavia, ainda permanecem muito arraigadas a modelos tradicionais, ignorando necessidades de qualificação docente em sintonia com um mundo em transformação (VIEIRA, 2009, p. 139).

Considerando-se as condições de trabalho e formação de muitos profissionais da educação, principalmente nas regiões brasileiras onde a precariedade dos sistemas educacionais é mais evidente, pode-se compreender o enorme abismo que ainda existe entre a realidade brasileira em questão e o mundo que já se configura de uma maneira tão diversa dos padrões, que até gerações bem recentes, eram determinantes nas estruturas sociais e culturais da maioria dos povos.

A gestão compartilhada que vem sendo idealizada para as escolas do Distrito Federal, tem características próprias, destacando-se os procedimentos que promovem o envolvimento,



comprometimento e a participação das pessoas para o fortalecimento e atuação nos processos decisórios, possibilitando a participação das comunidades escolar e local, descentralizando ações e dividindo responsabilidades, bem como a autonomia financeiro-administrativa das unidades escolares. Este novo paradigma da administração escolar traz junto com a autonomia, a ideia e a recomendação de gestão colegiada, com responsabilidades compartilhadas pelas comunidades interna e externa da escola.

A gestão compartilhada aproxima escola e família, permitindo uma participação realmente efetiva da comunidade, o que a caracteriza como uma instituição eminentemente democrática. Tornar compartilhada a gestão da escola significa garantir o envolvimento amplo de profissionais que nela atuam com objetivos comuns.

A DEMOCRACIA E A GESTÃO COMPARTILHADA

A palavra Democracia tem sua origem na Grécia Antiga (demo- povo) e (kraciagoverno), governo para o povo. Idéia que pressupõe a possibilidade de uma vida melhor para todos, independentemente da condição social, econômica, raça, religião, etc. Podendo ser definida como:

Um conjunto de procedimentos para poder conviver racionalmente, dotando de sentido uma sociedade cujo destino é aberto, porque acima do poder soberano do povo já não há nenhum poder. São os cidadãos livres que determinam a si mesmos como indivíduos e coletivamente. (Sacristan, 1999, p.57)

A escola é chamada a responder a novas exigências impostas pela modernidade, rever seu papel na sociedade do conhecimento, não cabendo a ela apenas ensinar, uma vez que o conhecimento é armazenado e transmitido em “rede”. Espera-se que ela aprimore os quatro pilares definidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO - “aprender a conhecer” (sua clientela, seus anseios, suas necessidades e condições), “aprender a fazer” (planejar, construir), “aprender a ser” (suas potencialidades de crescimento), “aprender a conviver” (aceitando as diferenças, compartilhando).



Nesse cenário a escola além de incorporar novas tecnologias, deve promover formas de convivência que tornem possível a cidadania e pleno desenvolvimento de todos. Buscando articular escola e democracia numa mesma sintonia. Democracia como Valor e como Processo. Como valor, se expressa nos princípios definidos na Constituição Federal e outros documentos legais. Na legislação educacional consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional. Como processo se traduz nas práticas sociais, marcadas pela participação como a Gestão Democrática da escola. Onde a mesma torna se um espaço social de trocas coletivas de práticas democráticas. De acordo com (PARO, 2008, p.25) “não pode haver democracia plena, sem pessoas democráticas para exercê-la”, assim a escola e seus sujeitos devem conhecer seus

Ser democrático é saber equilibrar autoridade com liberdade, desenvolvendo um Espírito de cooperação, com responsabilidade e a cima de tudo compromisso de todos e para todos. Democracia na escola passa a ser exigência de seu Projeto Político Pedagógico. Uma gestão democrática não impõe propostas, busca construí-las e reconstruí-las coletivamente. Nessa perspectiva, caminham as escolas públicas do Distrito Federal, aprimorando a gestão participativa, compartilhando ações, na construção de sua identidade.

Gestão democrática é o processo de coordenação de estratégias de ação para alcançar os objetivos definidos e requer liderança centrada na competência, legitimidade e credibilidade. A gestão da escola e do município, por sua natureza, é um processo de gestão de iguais, não de subordinação. Em boa medida, portanto, “escolher um bom diretor é escolher os rumos e a qualidade do processo da gestão da escola” (FERREIRA, 2001, p. 165), assim a gestão democrática, torna-se quesito importante para a qualidade do ensino atual.

Um fator de suma importância é a qualidade do ensino que é parte integrante de uma gestão compartilhada, para que a escola tenha qualidade de ensino é necessária uma postura proativa e isso só se consegue através da participação responsável na gestão da escola, dentro de um clima democrático. Isso implica promover o compartilhamento de responsabilidades e a busca da participação de todos os envolvidos no processo educacional para as soluções das dificuldades.



Segundo Portela (2004) a gestão democrática é a coordenação dos esforços individuais e coletivos em torno de objetivos comuns, definidos por uma política de ação e inspirados por uma filosofia orientadora e por todos partilhados. Tem como características: o comprometimento de todos os segmentos com o trabalho da escola; o compartilhamento de poder e de responsabilidades com todos os segmentos envolvidos na escola; a articulação de todos os aspectos dos trabalhos da escola: administrativos, físicos, pedagógicos e sociais; a redução das relações manipulativas, substituídas por relações democráticas; a instalação de um clima favorável ao trabalho e à aprendizagem; a redução da dependência vertical, com a construção da autonomia, e a ampliação da integração horizontal, pela participação conjunta nas decisões e consequente assunção das responsabilidades e a busca de melhoria da qualidade do trabalho escolar.

CONCLUSÃO

A escola sabemos que possui diversas missões entre elas desenvolver ações que garantam o direito dos alunos com necessidades educacionais especiais de estarem integrados no sistema de ensino regular conforme suas necessidades para o seu desenvolvimento e integração social. Ainda Holanda (2003, p. 361) declara:

Existe a possibilidade da inclusão. Acreditar nessa possibilidade exige gestões diferentes de um mesmo currículo e uma escola voltada para o desenvolvimento da competência do aluno, não para o seu adestramento cognitivo. Uma escola inclusiva é aquela que também facilita vivência e experiência com outras crianças, para que elas percebam, por si, como ser social.

Embora os esforços a nossa sociedade ainda manifestem ações excludentes. A competição para a busca do poder ainda sobressai às ações de colaboração e trabalho coletivo excluindo os que são avaliados como incapazes de acompanhar, pois, ainda não aprendeu a



lidar com suas diferenças e delas apropriar-se de experiências capazes de oferecer o desenvolvimento social e inclusivo.

A educação tem avançado ao estabelecer que todas as escolas são inclusivas, descentralizando o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais dos Centros Especializados e conduzindo-os às escolas de ensino regular, conforme as necessidades de cada aluno. A unidade de ensino passa por um processo de adaptação estrutural, administrativa e pedagógica para atender às necessidades dos ANEEs.

O mundo moderno vem sendo objeto de profundas e aceleradas transformações econômicas, políticas, educacionais e sociais - que têm levado as nações e seus governos a adotarem estratégias diferenciadas e criativas para elevar a qualidade de vida de suas populações. A busca por transformações, caracterizadas em mudanças revolucionárias que descentralizam a autoridade, reduzem a hierarquia, estimulam parcerias e privilegiam a qualidade, têm sido mais intensa em vários segmentos da sociedade empresas, organizações não-governamentais - que procuram se tornar mais flexíveis, inovadores e empreendedores.

A democratização escolar proporciona de forma positiva à integração escola comunidade, a participação de todos os integrantes no processo decisório, o relacionamento mais humano entre professores e alunos, a reformulação de conteúdos e métodos mais apropriados e inovados, modificando consequentemente a prática pedagógica e administrativa que possivelmente capacitará o indivíduo a viver de forma mais autônoma e madura na sociedade. Formando cidadãos críticos e conscientes de seus deveres e direitos.

Sendo assim, a escola que deseja uma educação de qualidade e referência precisa desenvolver uma gestão democrática, participativa e compartilhada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.E. Bianconani de. **Formação de professores para inserção do computador na escola: inter-relações entre percepções evidenciadas pelo uso do software CHIC**, 1999.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96**. 1996.



BENEVIDES, Maria Victoria. **A construção da democracia no Brasil pós-ditadura militar**. In: **Osmar Fávero e Giovanni Semeraro (orgs)**. Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

CATANI, Afrânio Mendes; GUTIERREZ, Gustavo Luis. **Participação e gestão escolar: conceitos e potencialidades**. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

DOURADO, Luiz Fernando. **A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil**. In: FERREIRA, N. S Carapeto (Org.). **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2003.

GHANEM, Elie, **A democratização do acesso à escola**, Belo Horizonte, Atlântica, Ação Educativa, 2004, p 39-63.

NUNES, Andrea Caldas. **Gestão democrática ou compartilhada? Uma (não) tão simples questão de semântica**. Conferência Estadual de Educação- APP Sindicato, Praia de Leste/PR, nov/1997.

Recebido em: 25/09/2023

Aprovado em: 28/09/2023

Publicado em: 04/10/2023